



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE CIANORTE – PARANÁ
Travessa Itororó, nº. 188, Zona 1, – Cep: 87.200-153

EDITAL DE LEILÃO

1º Leilão: 22/11/2018, às 14:00 horas, por lance igual ou superior ao da avaliação.

2º Leilão: 22/11/2018, às 14:30 horas, por quem mais der, não sendo aceito lance vil.

Local: Câmara Municipal de Cianorte, localizada na Av. Santa Catarina, nº 621, Centro, Cianorte/PR.

SPENCER D'AVILA FOGAGNOLI, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCEPAR sob nº 12/235-L, com escritório profissional na Praça Pedro Álvares Cabral, nº 94, sala 01, Zona 02 da cidade de Maringá, PR, devidamente autorizado e designado pelo(a) MM.(a) Juiz(a) do Trabalho desta Vara do Trabalho de Cianorte/PR, para realizar atos expropriatórios através de hasta pública, venderá em Público Leilão, conforme art. 888 e parágrafos, da CLT, artigo 13, da Lei 5.584/70, no que cabível de acordo com o artigo 769, da CLT. Os bens objeto de penhora das ações trabalhistas, no estado de conservação em que se encontram, sendo que no primeiro leilão os bens serão oferecidos pelo valor da avaliação e vendidos a quem ofertar o maior lance. Os bens não vendidos em primeiro leilão serão oferecidos em segundo leilão, por lance menor do que a avaliação desde que não caracterize preço vil. A venda dos bens está condicionada ao deferimento do lance pelo juízo. Sendo o processo e o(s) bem(ns) a seguir descrito(s):

AUTOS Nº: 0001235-50.2017.5.09.0092

AUTOR: Sérgio José dos Santos

RÉU: Cerâmica Progresso Eireli - EPP

BEM: Área de terras medindo 21,78 hectares, iguais a 9,00 alqueires paulistas, constituída pelo lote rural nº 146, 147 e 148 da Gleba São Manoel, situados no Município de São Manoel do Paraná, Comarca de Cianorte-PR, matriculado sob o nº 10.728 do CRI da Comarca de Cianorte.

AVALIAÇÃO: R\$ 1.600.000,00 (Um milhão seiscientos mil reais), em 16 de maio de 2018.

ÔNUS: Consta da Matrícula: Termo de Penhora extraído dos autos nº 0008335-52.2015.8.16.0069 da 2ª Vara Cível de Cianorte-PR. Termo de Penhora extraído dos autos nº 0002384-29.2017.8.16.0127 da Vara Cível De Paraíso do Norte-PR. Mandados de Penhora extraídos dos autos nº RTOrd 0000015-80.2018.5.09.0092, RTOrd 0000025-27.2018.5.09.0092, RTOrd 0000035-71.2018.5.09.0092, RTOrd 0000034-86.2018.5.09.0092, RTSum 0000081-60.2018.5.09.0092, RTOrd 0000826-74.2018.5.09.0092, RTOrd 0000016-65.2018.5.09.0092, RTOrd 0000017-50.2018.5.09.0092, RTOrd 0000026-12.2018.5.09.0092, RTSum 0000066-91.2018.5.09.0092, RTSum 0000126-64.2018.5.09.0092, RTOrd 0000036-56.2018.5.09.0092, RTOrd 0001235-50.2017.5.09.0092, RTOrd 0000019-20.2018.5.09.0092, RTSum 0000055-62.2018.5.09.0092, RTSum 0000067-76.2018.5.09.0092, RTSum 0000127-49.2018.5.09.0092 e RTSum 0000048-70.2018.5.09.009, 0000054-77.2018.5.09.0092, 0000307-65.2018.5.09.0092, 0000043-48.2018.5.09.0092, 0000042-63.2018.5.09.0092, 0000049-55.2018.5.09.0092, 0000148-25.2018.5.09.0092, indisponibilidade extraída dos autos nº. 00496201209209002, indisponibilidade extraída dos autos nº. 00023804420175090092, todos expedidos pela Vara do Trabalho de Cianorte-PR.

O bem está sob responsabilidade do seguinte fiel depositário: Carlos Affonço

Os bens móveis estarão na semana que antecede o leilão à disposição para vistoria dos senhores interessados no endereço do Leiloeiro e/ou no endereço dos seus atuais depositários, desde que anteriormente agendados o dia e a hora para visitação. Os honorários do Leiloeiro serão de 5%



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE CIANORTE – PARANÁ
Travessa Itororó, nº. 188, Zona 1, – Cep: 87.200-153

(cinco por cento) sobre o valor da arrematação e despesas respectivas serão suportadas pelo(s) arrematante(s). Em caso de adjudicação, a comissão será de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser paga pelo credor/adjudicatário. Havendo remição (art. 826 do CPC/15), pagamento da execução ou formalização de acordo, caberá à parte executada o pagamento de R\$ 1.000,00 (mil reais), a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro e comissão, salvo se protocolada petição acompanhada dos comprovantes de pagamento das custas e demais despesas processuais até o dia 14/11/2018. Não serão apreciados pedidos de remição desacompanhados dos comprovantes de depósito. Nos processos levados a leilão unicamente para a satisfação das despesas processuais, havendo o pagamento destas, a(o) executada(o) arcará com a comissão do leiloeiro no importe de 2% (dois por cento) das despesas efetivamente pagas, salvo se o pagamento se verificar em até 14/11/2018. Em casos de pagamento do débito ou formalização de acordo, o leilão somente será suspenso mediante comprovação do pagamento de TODAS as despesas processuais, recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, se houver. Em assim não ocorrendo, haverá o leilão para a satisfação das mesmas. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário. O prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios, a exemplo de embargos (05 dias), começará a fluir cinco dias após a data da realização da hasta pública, independentemente de intimação. EXPEÇA-SE autorização judicial para que o Sr. Leiloeiro Judicial INSPECIONE o(s) bem(s) penhorado(s), PRATIQUE todos os atos necessários à sua identificação (tais como fotos, medições e avaliações) e REQUEIRA em Secretarias ou Cartórios de outras Varas, na Prefeitura, no competente Cartório de Registro de Imóveis, Departamento de Trânsito. Junto ao síndico do condomínio residencial ou comercial (ou da administração do condomínio) e junto a eventuais credores hipotecários toda e qualquer informação pertinente ao(s) bem(s) e respectivos ônus incidentes sobre ele(s) (v.g. demonstrativo consolidado das dívidas de condomínio e de IPTU, IPVA, multas, licenciamento obrigatório, fotocópias de matrículas e certidões atualizadas que apontem outras penhoras, arrestos e hipoteca), a fim de dar cumprimento ao que dispõe o artigo 886, inciso VI do CPC/15 e à prestação de informações e esclarecimentos aos licitantes que se fizerem presentes no dia do leilão. DETERMINO ao Sr. Leiloeiro que PUBLIQUE o edital de hasta pública e que dele faça constar todos os ônus que incidem sobre o(s) bem(s) para efeitos do artigo o artigo 886, inciso VI do CPC/15 – especialmente no que respeita às dívidas de IPTU, CONDOMÍNIO, IPVA, licenciamento, ressaltando-se aos interessados em oferecer lance em hasta pública de que as despesas de condomínio serão de total responsabilidade do arrematante (ou do adjudicatário), não se admitindo sub-rogações ou deduções dessas dívidas no preço da arrematação ou da adjudicação, tal como se dá os demais encargos mencionados. Todas as despesas de publicação de edital serão por conta dos arrematantes. Os bens imóveis poderão ser parcelados. Ficam cientes os interessados de que deverão verificar por conta própria a existência de todos os eventuais ônus reais existentes (penhoras, hipotecas, locações, etc.) junto aos competentes cartórios de registros, sendo que receberão tais bens no estado em que se encontram e arcarão com os impostos, encargos e taxas para o devido registro. Ficam através deste edital intimadas as partes, os cônjuges, os credores hipotecários (art. 1501 do Código Civil Brasileiro), os arrematantes e terceiros interessados. Cientes, também, que no ato da adjudicação, remição ou acordo entre as partes, serão cobrados os serviços do Leiloeiro, de armazenagem, do depositário judicial, as remunerações conforme Ordem de Serviço emitida pela Justiça do Trabalho – TRT 9ª Região, e as despesas informadas na Comunicação de Leilão (Decreto Federal nº 21.981/1932, no Art. 22, alínea f). Em sendo vencedor os Embargos, a Comissão do Leiloeiro será devolvida. Caso os Exequentes, Executados, Credores hipotecários, cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, notificados ou certificados por qualquer razão da data do Leilão, quando da expedição das notificações respectivas, valerá o presente Edital de INTIMAÇÃO DE LEILÃO.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE CIANORTE – PARANÁ
Travessa Itororó, nº. 188, Zona 1, – Cep: 87.200-153

Cianorte, 14 de setembro de 2018.

RODRIGO DA COSTA CLAZER
JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO